

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 120.557 - BA  
(2019/0343383-9)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**RECORRENTE : FRANCINILDO DA SILVA OLIVEIRA (PRESO)**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**

**DECISÃO**

**FRANCINILDO DA SILVA OLIVEIRA** alega sofrer constrangimento ilegal em seu direito de locomoção, em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado da Bahia** no HC n. 8013553-02.2019.8.05.0000.

Depreende-se dos autos que o recorrente foi preso em flagrante pela suposta prática do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006. O flagrante foi convertido em segregação preventiva, haja vista a necessidade de se acautelarem os interesses da jurisdição penal.

Irresignada com o cárcere, a defesa impetrou prévio *mandamus* perante a Corte de origem, que lhe denegou a ordem, preservando a custódia provisória do réu.

Nas razões deste feito, sustenta o recorrente, resumidamente, o não preenchimento dos requisitos para a imposição da medida extrema elencados no art. 312 do Código de Processo Penal e a falta de fundamentação concreta do decreto prisional, pautado exclusivamente na gravidade abstrata do delito.

Pleiteia, assim, o provimento do recurso, para que lhe seja concedida liberdade provisória.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo não provimento do recurso.

**Decido.**

No que tange às razões que fundamentam a segregação cautelar, destaco que o Juiz convolou o flagrante em prisão preventiva com base na **gravidade concreta do delito, em que foram apreendidos arma de fogo, balança de precisão e grande quantidade de drogas** –

**mais de 6 kg de maconha.** É o que se abstrai do excerto do decreto prisional a seguir colacionado (fls. 47-48, destaquei):

Constato, em seguida, a presença de um dos fundamentos exigidos para a prisão preventiva, qual seja, a necessidade de garantia da ordem pública, no caso, o *modus operandi* extraordinário do delito, vez que foram apreendidos 05 (cinco) invólucros plásticos prensados de peso aproximado de **6.378g**, onde, após perícia realizada pela Polícia Técnica de Juazeiro/BA foi obtido o resultado positivo para o vegetal "**cannabis sativa**". Outrossim, **também foi apreendida uma arma de fogo, bem como uma balança de precisão.**

A esse respeito, urge consignar que a jurisprudência desta Corte Superior é firme ao asseverar "[não ser] ilegal o encarceramento provisório decretado para o resguardo da ordem pública, em razão da gravidade in concreto dos fatos delituosos, **cifrada na significativa quantidade de substância entorpecente apreendida**" (RHC n. **93.740/MG**, Rel. Ministra **Maria Thereza de Assis Moura**, 6ª T., DJe 12/3/2018, destaquei).

No mesmo sentido:

[...]

III - Na hipótese, a segregação cautelar encontra-se devidamente fundamentada em dados concretos extraídos dos autos, que evidenciam a necessidade de garantia da ordem pública, **notadamente se considerada a grande quantidade de entorpecente apreendido "90 quilos de maconha", circunstância apta a ensejar a manutenção da segregação cautelar do paciente.**

[...]

Habeas Corpus não conhecido (HC n. **457.378/MG**, Rel. Ministro **Felix Fischer**, 5ª T., DJe 10/10/2018, destaquei).

[...]

4. A **elevada quantidade de material tóxico capturado em poder da dupla criminosa - mais de 100 Kg de maconha** -, que estavam sendo transportados em um veículo de origem ilícita pelos agentes, são circunstâncias que, somadas, **evidenciam dedicação à narcotraficância, denotando a existência do *periculum libertatis* que autoriza a preventiva.**

[...]

7. Habeas corpus parcialmente conhecido e, nessa extensão, denegada a ordem (**HC n. 384.499/MS**, Rel. Ministro **Jorge Mussi**, 5ª T., DJe 30/8/2017, destaquei).

Ressalto, por oportuno, que a presença de condições pessoais favoráveis, como a primariedade, não impede a decretação da prisão preventiva. Confira-se:

[...] 2. Foram apreendidos com o recorrente 200g de maconha, 82g de crack e 700g de solvente organoclorado, quantidade e diversidade que, aliadas às circunstâncias em que se deu o flagrante, justificam o encarceramento cautelar para garantia da ordem pública.

3. Circunstâncias pessoais favoráveis, por si sós, não impedem a decretação da prisão cautelar. (Precedentes.) 4. Recurso ordinário em habeas corpus não provido. (**RHC n. 67.524/RJ**, Rel. Ministro **Ribeiro Dantas**, 5ª T., DJe 30/3/2016)

À vista do exposto, com fundamento no art. 34, XX, c/c o art. 246, ambos do RISTJ, **nego provimento** ao recurso.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
Relator